ENQUÊTE PARTICIPATIVA COM MULHERES DESFAVORECIDAS E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO CULTURAL*

Maria Inácia D'Ávila Neto**

1. Introdução; 2. Definição de um universo; 3. Quem é a mulher que trabalha no Brasil e quem é a empregada doméstica; 4. Desenvolvimento da enquête *participativa; 5. Mulheres e cultura: o desenvolvimento cultural em questão.*

1. Introdução

O presente artigo constitui um resumo em português do trabalho, escrito originariamente em francês, para a Unesco, no quadro de um contrato de pesquisa que visava conhecer as concepções de mulheres brasileiras desfavorecidas, enquanto agentes e destinatárias do desenvolvimento cultural. A experiência comportava a utilização de técnicas de *feedback*, através da utilização do vídeo, o que originou um filme com duração de 40 minutos. O filme, acompanhado de um relato da experiência, foi apresentado no International Seminar on Measures to Encourage Participation of Women in Cultural Development, realizado em Oslo, em abril de 1987, e para o qual fomos especialmente convidados. O objetivo do seminário era definir metas a serem propostas, em relação às mulheres, para sua provável adoção pelos países-membros, no programa que deverá ser executado no Decênio Mundial de Desenvolvimento Cultural, sob os auspícios da Unesco-Nações Unidas, com início previsto para 1988.

Foi com boa receptividade, por parte dos diferentes países ali representados, que o trabalho foi apresentado. Mais do que isso, privilegiou-se o exemplo da experiência para indicar a *enquête* participativa e o uso do vídeo-*feedback* para trabalhos com grupos de mulheres, especialmente as carentes, na proposição de medidas para o decênio.

Procuramos registrar aqui um relato sumário da experiência, das vantagens e desvantagens da utilização do vídeo, tentando esboçar as *implicações* de pesquisadores e pesquisados nesse tipo de abordagem. Uma apresentação mais extensa e

* O trabalho original é acompanhado de um vídeo em cores, editado a partir das sessões de grupo, com duração de 40 minutos, em sua edição final.

**Doutora em psicologia social pela Sorbonne; professora no Instituto de Psicologia da UFRJ; realiza trabalhos em psicologia e animação comunitária.

aprofundada das questões aqui levantadas poderá ser encontrada na publicação da Unesco, sob o título *Enquête participation sur les femmes brésiliennes défavorisées et leur conception sur le développement culturel* — 102 páginas, no prelo.[1]

2. Definição de um universo

Foi nossa preocupação buscar um universo de mulheres que pudesse refletir a principal intenção do trabalho, ou seja, mostrar a mulher carente brasileira enquanto agente e destinatária do processo de desenvolvimento cultural. *A priori*, deparamos com uma discriminação já confirmada: isso é demonstrado pela *Recommandation concernant la participation et la contribution des masses populaires à la vie culturelle*, publicação da Unesco relativa a uma reunião em Nairóbi, em 1976. Ali fica claro que o fato de que se deve "assegurar às mulheres possibilidades de pleno direito à cultura" em seu sentido mais amplo, ressoa como um indicativo de combate a um preconceito, que está marginalizando a mulher de participação na vida cultural.

Escolher grupos de mulheres desfavorecidas no Brasil é uma tarefa aparentemente fácil, com uma grande camada de população pobre e com precárias condições de desenvolvimento. Entretanto, esse universo de mulheres vem sendo atropelado pela ação social, pela doutrinação política, pelas associações de toda ordem, que buscam, na maioria das vezes, ações comunitárias que visam a melhoria das condições precárias, mas que terminam em esquemas *profissionalizantes* da pobreza.

A pobreza vende livros, vende filmes e rende votos em época de eleições. Os frutos (financeiros ou culturais) desses trabalhos quase nunca — para não sermos dogmáticos — retornam a essas populações, cada vez mais marginalizadas, em especial as mulheres, utilizadas como mão-de-obra gratuita nessas ações.

Isso não é uma crítica de caráter retórico ou mesmo demagógico. Assiste-se, no Brasil de hoje, o florescer de inúmeras associações ditas de comunidade, que, além das explorações permanentes que sofrem, utilizadas como massa de campanha de políticos, chegam, quando muito, a arrecadar poucos recursos para trabalhos feitos em mutirão, sem que os seus problemas essenciais sejam solucionados, porque, obviamente, esses problemas transcendem à "utopia comunitária". Em relação às mulheres, seus agrupamentos são quase sempre em torno de questões que envolvem a criação de creches para os filhos, dispensários para cuidados

[1] Preferimos conservar o termo *enquête*, reservando o termo *pesquisa* para trabalhos mais abrangentes, embora não haja entre os autores uma distinção clara.

médicos, animações comunitárias, mais ou menos de caráter imediato e prático, como contracepção, higiene, amparo de mãe solteira, etc.

Procura-se, em versão modernizada, a "edificação da família", onde benévolos voluntários, ou assistência social formal, a exemplo da França nos séculos XVIII e XIX, vão selecionando para essas pessoas os princípios "higiênicos e morais mais elevados".

Esses "grupamentos", entretanto, repetem, na maioria das vezes, relações de estratificação de poder, disputas pelos cargos e seus privilégios e não chegam a se diferenciar como estratégias efetivamente comunitárias.

Nossa trajetória, para escolha desses participantes, esbarrou em todas estas dificuldades.

No meio rural, a ação que estamos desenvolvendo com um projeto piloto, que visa integrar os aspectos educativos e culturais num mesmo planejamento de desenvolvimento sócio-cultural,[2] permitiu-nos um acesso relativamente simples e sem maiores complicações às mulheres da área rural.

No meio urbano, entretanto, as dificuldades foram as mais variadas. Nossa primeira idéia foi trabalhar com grupos já organizados, mas percebemos que a estrutura institucional que os transversa[3] — Secretarias e organismos oficiais, etc. — seria por demais contaminadora. Um desses agentes, expressando-se sobre essas mulheres, disse-nos que poderíamos encontrar "grupos mais politizados" ou "menos politizados", à nossa escolha. A idéia foi abandonada porque haveria um *bias* inevitável: os organismos oficiais que congregam tais grupos passam a eles — de maneira direta ou não — suas próprias diretrizes.

Passamos, em seguida, ao recrutamento de *voluntárias,* ou seja, de mulheres dispostas a colaborar num projeto visando a análise do seu próprio cotidiano. É importante notar que não indicamos, prioritariamente, "metas de melhoria", como motivação para reunir o grupo.

Nossa primeira tentativa foi numa grande aglomeração de baixa renda em núcleo urbano, conhecida nos jornais pela grande quantidade de marginais, traficantes de tóxicos, etc. e com cerca de 150 mil habitantes. Nossa expectativa consistia em agrupar um certo número de mulheres, de diversas faixas etárias e até mesmo de distintas profissões, interessadas em relatar o seu cotidiano e participar da *enquê-*

[2] Trata-se do Projeto Sinuelo, realizado no Pantanal, região do Mato Grosso do Sul, Brasil.

[3] Empregamos o termo no sentido tomado pelos movimentos institucionalistas (Lourau, Lapassede, etc.).

te. Foi procurada, uma líder local, com a qual tínhamos conhecimentos indireto, através de pessoas ligadas a nós. A receptividade inicial foi boa, por parte dessa líder, mas novos problemas surgiram: esse trabalho deveria ser desenvolvido aos sábados e domingos, porque durante a semana é impossível reunir as mulheres, pois todas trabalham. Contactadas, elas não se dispuseram a "perder" o sábado e domingo, que representa para elas lazer, descanso, ou o (s) único(s) dia(s) que têm para cuidar de suas próprias casas, já que passam grande parte dos dias de semana fora. Aparentemente, houve outro elemento perturbador: durante todo o ano de 1986, os grupos das comunidades de baixa renda foram assediados por políticos, em virtude das eleições que ocorreriam no País. Muitos desses grupos, com receio de estarem sendo assediados pelos candidatos adversários aos que estavam apoiando, retraíram-se, mostrando pouca disponibilidade e desconfiança.

Outra alternativa foi feita para tentar um recrutamento entre cursos noturnos para adultos (os denominados "supletivos"), que são freqüentados, em geral, por pessoas que trabalham fora e que têm dificuldades econômicas. Um colégio dito de promoção social e outro religioso foram contactados, mas houve severas desconfianças quanto à finalidade de um trabalho de tal natureza. Nem mesmo a égide da Unesco ou o fato de pertencermos à mais tradicional universidade brasileira, ou as ligações com meios científicos e políticos da mais alta credibilidade de alguns dos membros de nossa associação, serviram de apresentação válida. Isso serve para ilustrar o autoritarismo que ainda permeia as instituições que (supostamente) se dedicam às classes mais desfavorecidas.

Partimos, finalmente, para o *recrutamento individual*, de voluntárias, explicando, detalhadamente, os objetivos do nosso trabalho. A orientação de nossa escolha acabou sendo as *empregadas domésticas.*

Novas dificuldades esperavam-nos: muitas delas, com uma só folga semanal, não queriam dispor desse tempo; outras tinham vergonha de falar; duas outras, de nível intelectual bastante bom, não se sentiram psicologicamente à vontade para evocar recordações "traumatizantes", segundo elas, da época passada de suas vidas; outras ainda tinham vergonha de se apresentarem como "empregadas domésticas".

Houve casos em que foram proibidas pelos maridos, simplesmente. Pode-se acrescentar ainda o caso de uma psicóloga que mostrou-se receptiva e interessada em que sua empregada participasse. Entretanto, no dia da reunião, que coincidiria com a folga semanal dessa empregada, havia um serviço *extra* a ser feito e a empregada foi, simplesmente, impedida de participar, sem ter sido avisada ou consultada.

Tentamos, ainda, conseguir a participação de outras mulheres de baixa renda e precárias condições, não-qualificadas, como empregadas domésticas. Entretanto, encontramos aí preconceitos delas próprias, que não desejavam ser *confundidas* com empregadas domésticas, mesmo que seus salários fossem, eventualmente, até inferiores. Esse é um fenômeno que tem contribuído para aumentar o número de operárias de fábricas, prestadoras de serviço de limpeza em firmas, varredoras de ruas, etc.

3. Quem é a mulher que trabalha no Brasil e quem é a empregada doméstica

As estatísticas nos mostram que a participação da mulher, na força de trabalho, *dobrou* dos anos 20 para cá: cerca de 37% de mulheres compõem hoje essa força de trabalho, numa população economicamente ativa que já atinge cerca de 50 milhões de habitantes.

Metade das mulheres que trabalham no Brasil ganha até um salário mínimo (o equivalente em 1986 a pouco mais de US$ 40 mensais) e somente 1% das mulheres recebe mais de 10 salários mínimos.

Embora a população brasileira seja essencialmente mestiça, a cor declarada revela que existe uma proporção de 58% de brancas para 42% de negras e mulatas.

São poucas, entre brancas, mestiças e negras, as que conseguem completar o 1º grau, equivalente a oito anos de estudos, mas não-profissionalizante. No Brasil, chegamos apenas a 1 milhão de negras e mulatas nessas condições.

As principais ocupações exercidas pelas mulheres são professoras, costureiras, secretárias, trabalhadoras rurais e empregadas domésticas, supondo-se — já que não existem estatísticas aprofundadas — que 20% dessas mulheres são empregadas domésticas, alguns apontando em 3 milhões o total de empregadas domésticas hoje existentes no Brasil. (Oliveira & Barsted, 1986).

O trabalho doméstico remunerado não constitui atividade produtiva propriamente dita, mesmo que produza transformações ou adaptações nos bens de consumo. O fato de serem essas atividades realizadas pelo consumidor individual — ou por alguém remuneradamente em seu nome — não faz com que sejam incluídas no produto nacional. "Não é o caráter do trabalho concreto, realizado pela empregada doméstica, que lhe confere essa qualidade, mas o contexto de relações sociais em que ele se insere" (Madeira & Singer, 1975). Isso, sem dúvida, contribui para uma marca de inferioridade em relação a esse tipo de atividade.

A trabalhadora rural, por sua vez, atinge somente 15% da força de trabalho agropecuário, proporcional ao número de homens. Entretanto, a mulher rural participa de todos os serviços e, muitas vezes, ajuda o marido no desempenho de tarefas do campo. Analogamente, entretanto, seu serviço é considerado como de manutenção de tarefas de organização doméstica, criação dos filhos, etc. E, quando ela trabalha nos serviços da lavoura, ela não tem, quase sempre, carteira assinada, ou seja, qualquer garantia do empregador.

Tanto no caso da empregada doméstica quanto no da mulher rural, não registrada como trabalhadora agrícola, as estatísticas não as colocam na população economicamente ativa.

Somente em 1972, as empregadas domésticas adquiriram alguns direitos legais: podem ter carteira de trabalho assinada, previdência social e férias de 20 dias. Não existe, entretanto, como para os outros trabalhadores, obrigatoriedade do pagamento de salário, férias mínimas de 30 dias, pagamento de hora extra, qualquer tipo de proteção à gestante ou sindicato de classe.

Nas regiões mais pobres do País, muitas empregadas não recebem qualquer pagamento: realizam serviços em troca de casa e comida. Mesmo entre famílias abastadas é comum o costume, ainda do nosso sistema patriarcal, de manter meninas ou moças para criar, em troca de serviços.

4. Desenvolvimento da *enquête* participativa

4.1 Primeira fase do trabalho

Numa primeira fase, efetuamos diversas entrevistas com mulheres da área rural, buscando descobrir suas aspirações, necessidades, sua visão do mundo, seu cotidiano.

Foi-nos impossível, nessa primeira etapa, realizar um trabalho de *feedback* com a utilização de vídeo, já que não dispúnhamos, na ocasião, de todo o equipamento portátil necessário, as regiões sendo de difícil acesso. Realizamos, entretanto, sucessivas filmagens, em diferentes ocasiões, com os mesmos grupos, procurando obter impressões sobre o trabalho que vínhamos realizando. Devido às diferenças de padrões de filmagem, somente algumas cenas de áreas rurais foram aproveitadas na edição final do vídeo. As técnicas apresentadas serviram, contudo, para trabalhos de discussão com os grupos da área urbana, uma vez que todas eram oriundas da área rural.

4.2 Segunda fase do trabalho

Reunidas as voluntárias para a segunda fase, iniciamos o trabalho com o grupo. A proposta para esse grupo, que deveria reunir-se durante alguns finais de semana, era conhecer o seu cotidiano, enfocando, especialmente, suas "aspirações culturais".

O material dessas sessões, uma vez gravado em vídeo, é exposto ao próprio grupo com o objetivo de se obter o *feedback*. A idéia seria permitir ao grupo expressar-se, além do recito oral, através de jogos dramáticos, com inspiração nos trabalhos de Boal (1983), explorando-se, especialmente, a criação de situações de opressor-oprimido, que são evidentes nessa situação de tanta desigualdade social.

A utilização desses jogos objetiva a possibilidade de uma criação coletiva — uma peça imaginada — a partir dos conflitos vividos no cotidiano, visando a exploração e exposição de um universo estético, que não tem, muitas vezes, condições de expressão pelo recito oral, por vezes, pobre ou limitado pela própria carência de educação formal elementar.

Uma segunda discussão, então, seria proposta ao final desse exercício criativo, através de *feedback* desse trabalho, sempre utilizando o vídeo. Esse *feedback* deveria servir ao próprio grupo para estabelecer um programa para uma ação cultural, em relação às mulheres desfavorecidas.

Analisaremos, em seguida, a questão do código para as pesquisas com grupos ditos desfavorecidos, ou carentes. Mais amplamente, estamos preocupados com a diversidade de código entre entrevistador e entrevistados.

4.3 Questões suscitadas pela abordagem

Por que utilizar o vídeo para *feedback* numa *enquête* participativa? Guy Le Boterf (1981) aponta a utilização do vídeo, em *enquêtes* desse tipo, como um instrumento que reduz os participantes à simples condição de observados e/ou entrevistados, se o instrumento não é colocado à disposição da comunidade, mencionando uma experiência não bem-sucedida no vilarejo de Necor. Sem dúvida, a utilização do vídeo pode ter apenas o caráter de um registro de informações, e isso não constituirá um *feedback*, mesmo se apresentado e discutido com essa comunidade depois de realizado. Em nosso projeto de desenvolvimento cultural em área rural — Sinuelo — também temos experiências desse tipo.

O *feedback* através do vídeo tem outro tipo de implicação[4] com os participantes. Mas é a psicologia, em particular a de caráter terapêutico, que mais tem-se utiliza-

[4] O conceito de implicação está sendo objeto de inúmeras discussões entre cientistas sociais.

do dessa técnica. A sociologia, entretanto, utiliza o código verbal para registrar e apreender o *feedback* e, na maioria das vezes, com o menosprezo até mesmo ao registro fotográfico. O *feedback* pelo vídeo é imediato, permitindo a percepção do *aqui* e *agora*, envolvendo aspectos que passam imperceptíveis ao pesquisador e ao pesquisado.

Há uma intensificação da percepção, produz-se compartilhamento e pode-se até permitir que o acesso à informação que tanto se preconiza na *enquête* participativa seja maior por parte dos pesquisados e mais imediato.

Hollander e Moore (in: ——— Iteiveil, 1983), que também utilizam técnicas dramáticas e vídeos, consideram que existe maior "democracia" no acesso às informações, que sem o vídeo só seriam registradas pelo entrevistador (o terapeuta, no caso).

Nossos aparatos tecnológicos de pesquisa são marcados por um código escrito. Quando damos prioridade ao escrito, diante daqueles que não possuem esse código, estamos autenticamente dando-nos, enquanto pesquisadores, a condição ou a chave do *poder.* Retomando o próprio Guy Le Boterf, estaríamos repetindo na *enquête* (participativa ou não) o modelo terapêutico, onde só o detentor de código (o terapeuta) teria a supremacia. Esse modelo já é contestado por Hollander e Moore, com a utilização do vídeo na terapia. É ainda Guy Le Boterf quem diz: "Para ser realmente participativa e educativa a pesquisa deve promover uma linguagem total (na expressão de Francisco Gutierrez), onde participantes possam se exprimir através da imagem, do sonoro, da escrita, da expressão corporal, da fotografia (. . .). É necessário romper a dominação do escrito e utilizar outros meios de expressão para os entrevistados."

Estamos convencidos que a utilização mais freqüente do vídeo na *enquête*- participação levará a resultados bem mais proveitosos, tanto quanto a psicologia desenvolveu a videoterapia. Projetos como Campo e Produtividade, realizado no México, ou Tanzânia ano 16 mostram que a utilização do vídeo e do rádio podem, efetivamente, funcionar com grupos mobilizados para os projetos de suas localidades.

O que estamos propondo, entretanto, é algo mais: é a possibilidade do vídeo para técnicas de *feedback*, onde seja necessária a expressão de novos códigos, que não estejam restritos ao escrito, incorporados a outros elementos como dramatizações, por exemplo.

Em nosso projeto específico, com nosso grupo de mulheres, esbarramos na *questão do código:* poucas sabem ler ou escrever e, certamente, nenhuma, ou quase nenhuma, saberia nos responder a uma pergunta complexa, que falasse em contri-

buição da mulher para o desenvolvimento cultural. Nossa formulação a esse respeito, por mais adequada que fosse, traria à tona nossa noção de cultura, através das nossas próprias aspirações e necessidades. Em um país onde se mesclam tantos elementos culturais, corremos o risco de não perceber traços de culturas reprimidas pelos mecanismos de dominação e colonização intensas que sofremos.

Por outro lado, associar exercícios dramáticos onde as questões de violência (simbólica ou não) e a dialética de opressores e oprimidos pudessem ser expressadas, de forma não-verbal, pareceu-nos adequada para buscar nessas mulheres suas verdadeiras necessidades e o surgimento desses traços culturais, talvez reprimidos.

Ora, o *vídeo*, nesse caso, é o meio mais propício e captador da expressão desse código, embora o *olho* daquele que filma seja um filtro seletor, o que será um "problema insolúvel" em todo fenômeno da percepção humana, e, em conseqüência, em todo trabalho de *enquête*. Somente o vídeo pode trazer o *feedback* no sentido participativo, permitindo a essas mulheres analisarem o que elas estão expressando, melhor definindo suas aspirações, sem a excessiva interferência de nosso código verbal/escrito de pesquisadores. Somos de opinião que as equipes entrevistadoras também deveriam ser filmadas em *enquêtes* desse tipo, bem como as diferentes audiências a que fossem apresentados os filmes, como, por exemplo, organismos oficiais encarregados de promover políticas de desenvolvimento para as comunidades enfocadas.

Talvez pudéssemos colaborar para a existência de políticas oficiais mais eficazes, ou, pelo menos, que estivessem expressando a real necessidade daqueles grupos, e não as que os órgãos oficiais imaginam ser as mais adequadas.

Talvez assim (ainda lembrando Boterf, que não devemos exagerar o valor do *feedback*, mas sim a participação dos pesquisados no processo) pudéssemos restituir às comunidades aquilo que retiramos delas, fazendo com que as pesquisas voltassem, de uma forma ou de outra, aos pesquisados. É o clamor de Domitila, mulher da mineração boliviana, que pede que tudo que já foi dito em entrevistas, filmagens, etc., retorne ao povo de sua aldeia, para uso dele e melhor compreensão da realidade em que vive.

5. Mulheres e cultura: o desenvolvimento cultural em questão

Interrogar mulheres sobre sua participação no desenvolvimento cultural é, antes de tudo, interrogá-las sobre uma *cultura feminina*.

Entre nós, esta cultura teve traços específicos; nós já assinalamos isso em nosso trabalho sobre a influência do sistema patriarcal (ver referências bibliográficas).

Esquematicamente, nós geramos dois tipos de poder em relação às mulheres: para as brancas, o poder místico, próprio do culto da virgem – a mulher pura, jamais tocada em seu sexo. Em relação à mulher negra, especialmente a mulata, o poder mágico pelo seu próprio sexo. O corpo e o sexo das mestiças seriam mágicos, afrodisíacos. Entre nós, o culto da Virgem (A Mãe) sobrepuja o culto do Cristo e as mulatas são permanente "objeto de exportação". Mas os dois poderes propostos são completamente separados, desligados mesmo, do poder político, este exclusivamente destinado aos homens. O mágico-místico das mulheres brancas ou mestiças permanecem no *imaginário*.

Entre nós, as mulheres negras ou mestiças são mais desfavorecidas. Isso não quer dizer que não existam mulheres brancas desfavorecidas. São as estatísticas que nos mostram que mulheres negras e mestiças têm menos chances de ir à escola e concluir seus primeiros estudos, bem como uma posterior ascensão em sua vida profissional, quando atingem esse estágio.

Falar, portanto, de mulheres desfavorecidas é falar de um "poder mágico". Para as mulatas, de um lado, é a utilização do corpo na dança (a "exaltação" das famosas mulatas sambistas); para outros, ainda, é a emergência dos cultos de possessão – as mães-de-santo – do candomblé, por exemplo, onde as mulheres são as figuras de hierarquia mais importantes. Para as mulheres brancas – e todas as que são assimiladas ao comportamento da mulher branca – há o aparecimento de preconceitos e interdições morais ligadas especialmente ao sexo: subsiste ainda entre nós, na diacrônica passagem do rural ao urbano, o tabu da virgindade.

Interrogando mulheres desfavorecidas brancas, negras ou mestiças, vemos aparecer as contradições de sua classe social, antes de tudo o acesso barrado a uma cultura (dita) dominante. Aqui vemos, através da discriminação social e, por vezes, racial, das quais elas são vítimas, extraordinários exemplos de ligação a valores convencionais do grupo dominante e seu imaginário.

Evidentemente, nós não podemos interrogar essas mulheres a propósito de suas necessidades culturais de um modo clássico, com um questionário prévio de interesses, constituído nos moldes tradicionais. Nós decidimos seguir uma trajetória que pudesse retirar os aspectos mais importantes nesse contexto. Assim, em nossa reunião com os grupos de mulheres, procuramos, sucessivamente, obter:

a) os testemunhos orais sobre o cotidiano;
b) a expressão oral de seus sonhos;
c) a dramatização das relações opressores-oprimidos;
d) a dramatização de seus sonhos;
e) a reflexão sobre as *palavras-chave*, que aparecem através dos testemunhos orais, ou como conteúdo na dramatização;

f) a criação de uma "escrita" coletiva a partir do *feedback* das frases construídas (ditadas, na verdade, por elas próprias) com as *palavras-chave.*

Se fazemos uma comparação entre as mulheres do meio rural e as do "grupo urbano", nós podemos encontrar traços de comportamento muito semelhantes e mesmo uma certa analogia entre certos sonhos, desejos, crenças. Entretanto, com as mulheres do meio rural, nós ficamos limitados para obter um vídeo *feedback* após os registros, pela ausência de um conjunto portátil completo. Com as mulheres do "grupo urbano", nós construímos um "lugar privilegiado" para desenvolver uma ação que pudesse permitir a expressão de traços inexplorados, ou "escondidos" ao nível das "necessidades culturais".

É certo que este "lugar privilegiado" não era o ideal: o aparato tecnológico – entre outro vídeos, monitores, lâmpadas, câmaras – pode criar inibições, resistências, etc. Nossa própria estereotipia a esse respeito deve ser superada, na observação do grupo.

Nossa proposição, para o exercício de expressão ou "escrita" coletiva, foi escrever uma carta enviando uma mensagem às mulheres de todo o mundo. Isso deveria corresponder à expressão de uma "ação cultural", se elas próprias pudessem concretizá-la.

Nossa observação mostrou que esse mecanismo permitiu, a partir de uma estereotipação das necessidades, submetidas às dificuldades sociais reais – falta de dinheiro e de instrução, marginalização social e afetiva –, um crescimento, se assim podemos dizer, de suas próprias expressões em relação aos seus desejos, sonhos e grau de participação.

Não se quer dizer que isso seja um mecanismo mágico para superar as contradições das *culturas* em jogo: a dos "dominados e dominantes".

Essas relações – como foi bem demonstrado nos jogos dramáticos e na modificação de papéis de opressores-oprimidos – são muito mais complexas e nossa pretensão se esgota aqui, numa tentativa técnica, mas que é muito prudente em avançar hipóteses concernindo desigualdades sociais e suas expressões culturais.

A expressão dessas contradições é facilmente percebida na análise de alguns exemplos:

Mulher A: negra, mãe solteira e cujo principal sonho é ser poeta e poder escrever poesia sobre o amor e a liberdade; tem, ao mesmo tempo, uma grande preocupação com a virgindade da filha e os símbolos de um casamento de uma mulher

pura, com vestido branco. Ao mesmo tempo, esta mulher valoriza sua ligação ao candomblé, enquanto "filha-de-santo".

Mulher B: negra, mãe solteira, deseja ser advogada e crê que a mulher deve ter um poder político (ser deputada, por exemplo). Seu maior sonho é ser uma grande sambista na sua escola de samba preferida, dançando até os 80 anos.

Mulher C: mestiça, solteira, é favorável à virgindade da mulher até o casamento. Seu sonho: ser atriz de novela na televisão, amando os galãs. Declara-se, por outro lado, contra a pobreza de toda espécie: "as riquezas devem ser melhor partilhadas para não permitir crianças abandonadas."

Mulher D: mestiça, mãe solteira, não é favorável à virgindade da mulher. Acredita que as mulheres devem ser independentes dos homens e solidárias em relação à sua própria proteção. Seu sonho: ser dançarina de um programa de televisão, do gênero popular.

Mulher E: branca, solteira. Seu sonho: ser dentista e escritora. Bastante centrada nela própria, demonstra sistematicamente sua pobreza e, ao mesmo tempo, nega sua condição desfavorecida por um comportamento muito reativo, que chega a supor uma palavra inexistente entre as palavras-chave do exercício: felicidade (algo que ela vê em tudo).

A análise que é objeto do texto na íntegra, poderá nos dar uma melhor idéia dos traços dessa dialética de dominantes x dominados, e da "trama cultural" que transversa o cotidiano e o sonho dessas mulheres.

No que diz respeito a seu papel de *destinatárias*, as mulheres do grupo rural e do grupo urbano se expressam do mesmo modo: elas são marginalizadas, discriminadas de todo o processo de desenvolvimento cultural. Quando uma mulher do grupo diz "nós temos necessidade de lazer, não somente de comer", isso designa o lado mais dramático da discriminação que elas experimentam. Essa "pobreza do espírito" é uma condenação mais forte. Elas são destruídas do que lhes parece essencial: falta-lhes tempo para a criação e a fantasia, privadas desde o início do acesso ao "mundo da cultura", tal qual o concebemos em nosso aparato tecnocriativo. Sem uma educação básica (formal ou não) elas se crêem incapazes de uma expressão criativa própria. Mesmo aquelas que fazem artesanato, vêem aí basicamente um sentido utilitário, e não estético. O importante é ganhar o sustento de suas crianças, como a mulher indígena que mostramos em nosso vídeo.

Enquanto *agentes*, as mulheres do meio rural são mais ligadas a seus papéis tradicionais: o sacrifício para educar seus filhos é concebido como natural e necessário.

Elas guardam a tradição oral: os mitos, os cantos, a vida dos antigos, as histórias fantásticas, as ervas miraculosas, enfim, o mágico perpetuado a cada geração.

O grupo urbano é marcado pelo desejo de ação: elas desejam escrever poesias, biografias, músicas; desejam entrar no mundo político. É preciso mudar o mundo, há um desejo mais forte em direção a si mesmo, não somente para seus filhos. O aqui e agora contam muito mais que o passado e trata-se de um direito, e não somente de uma aspiração. As contradições aqui são mais visíveis.

Tudo isso nos faz pensar na reflexão de Virgina Wolf, quando dizia que seria preciso somente um teto e um pouco de dinheiro para que todas as mulheres fossem poetas. Para fazer nascer, quem sabe, a poesia da irmã de Shakespeare, morta aos 26 anos, sem ter escrito uma só palavra. Quem sabe, como milhares de brasileiros, cujos talentos e vozes não sucumbiram ao longo dos tempos, mas apenas aguardam o despertar para sua plena libertação.

Anexo 1: durante o seminário de Oslo, tivemos a felicidade de ver acolhido nosso trabalho, com interesse e entusiasmo, resultando na indicação de uma medida sobre a utilização da *enquête* participativa com grupos de mulheres carentes. As mulheres carentes de todo o mundo foram, aliás, objeto de várias proposições adotadas pelo plenário. Endossando a atenção que se deu, por parte de alguns países,[1] às mulheres analfabetas e suas produções culturais, propus que se inserisse nas medidas um esforço para dar a todas as mulheres, sem exceção, uma educação de base, como condição necessária a todo desenvolvimento, seja ele dito econômico, social ou cultural. A medida foi aprovada pelo plenário. Pensei, naquele momento, que se o uso de vídeo, de dramatizações, ou outros recursos, é importante nas *enquêtes* participativas, para permitir a expressão dos entrevistados, acima dos limites do código "escrito" dos pesquisadores, talvez estivéssemos abrindo um caminho mais amplo, permitindo às mulheres de todo o mundo que escrevam em vez de ditar, que inventem, em vez de perguntar. É possível que a carta, ditada por todas elas, às mulheres de todo o mundo, num exercício de "escrita" coletiva não tivesse a timidez dessa poesia, ainda não totalizada em sua força de linguagem:

"CARTA ÀS MULHERES[2]

Se eu tivesse que escrever uma carta às mulheres, eis o que eu diria: a coisa que eu mais detesto é a pobreza.

[1] Brasil, Egito, França, Indonésia, Jamaica, Quênia, Ceilão, Suíça, Turquia, Rússia, Iugoslávia, além dos delegados e observadores dos países escandinavos, estiveram presentes.

[2] Essa carta foi produzida pelo grupo de mulheres do Rio de Janeiro e endereçada como mensagem delas às mulheres de todo o mundo, às quais seria apresentado o vídeo.

Nós temos necessidade de comer, mas também do lazer. Nós devemos respirar ar.

Se alguém dorme no chão, deve lutar para vencer. A luta deve ser de todas juntas, de mãos dadas. Eu creio que devemos ajudar a outras a terem o que nós tivemos.

Tudo o que eu não pude ser — escritora, advogada, poeta — eu desejo para minha filha.

A mulher tem necessidade de ser mais respeitada. A mulher de toda classe.

A pobreza não deveria existir; as coisas deveriam ser melhor partilhadas.

A pobreza e a falta de amor levam à destruição. Os pobres têm o direito de viver bem. Sujeira gera revolta. O pobre deve ter mais dinheiro para receber educação e ter um teto para morar.

Os pobres não podem fundar muitas coisas, porque eles não têm poder, mas eles podem se ajudar por uma colaboração mútua.

Rio de Janeiro, novembro de 1986"

Referências bibliográficas

Alvin, Juliette. *Musicoterapia.* Buenos Aires, Paidós, 1967.

Berrigan, F. *Les médias communautaires et le développement.* Paris, Unesco, 1979.

Billmann Scott, France. *Corps et possession.* Paris, Gauthier - Villars, 1977.

Boal, A. *Jesus pour acteurs et non acteurs.* Paris, Maspero, 1983.

Boterf, Guy. *L'enquête participation en question.* Paris, L'EEP, 1981.

Dados da realidade brasileira — Indicadores Locais. Ibase, Vozes, 1982.

La condition féminine au Brésil en milieu urbain. Paris, Université de Paris, 1978. (Référence in Les recherches françaises en psychologie social de 1975 à 1980. Paris, Rennes, 1981. Ouvrage Coll).

O autoritarismo e a mulher. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.

Fernandes, F. *Circuito fechado*. São Paulo, Hucitec, 1976.

Freire, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Iteiveil, I. *Video in mental health practice*. New York, SPC. 1983.

Linard, Monique. Les effets du feed-back par télévision sur le processus enseigner-apprendre en situation de groupes-classe. *Bulletin de Psychologie*. Université de Paris.

Madeira & Singer. *A estrutura do emprego e trabalho feminino*. Cebrap/ Brasiliense, 1975.

(A) Mulher no trabalho (fora de casa). Rio de Janeiro, Ibase, 1986.

Muchielli, R. *L'Analyse de contenu*. Paris, ESF, 1977.

Oliveira, Rosiske & Barsted, Leila. *A empregada doméstica*. Rio de Janeiro, Ipac, 1986.

Queiroz, M.I.P. Las mujeres brasileñas. *In: Way Forum, 38*, 1960. Recommandation concernant la participation et la contribution des masses populaires à la vie culturelle. Nairóbi, Unesco, 1976.

Saffioti, H. *A mulher na sociedade de classes*. Petrópolis, Vozes, 1976.

Valladares, L. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.